



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

PROMOÇÕES E VENCIMENTOS

Questões de Justiça

“Dar a cada um o que lhe é devido, com uma constante e perpétua vontade” é, e tem sido, a noção de Justiça em que, com outros pilares, se sustenta a civilização ocidental e qualquer Estado dito de Direito.

Como todos os outros cidadãos Portugueses, os Oficiais das Forças Armadas e os Militares em geral têm direito à Justiça e à aspiração da realização da Justiça. No rol destes direitos e destas aspirações está o direito a ser promovido, a ver os seus vencimentos aumentados, a ter as suas carreiras valorizadas, a receber remunerações cuja promessa de reposição correspondeu a legítimas e depois legais aspirações.

Quando as promoções, como desde o tempo da troika, têm que ser autorizadas por despacho conjunto do ministro da Defesa e das Finanças apesar as mesmas estarem previstas no plano de promoções que acompanha a proposta de orçamento (como acontece via de regra);

Quando o novo Ministro da Defesa Nacional parece dar indícios de voltar à mesma política de sempre, ao que tudo indica tratar-se de um lapso sobre o que estava em causa, referindo em 28 de outubro numa cerimónia militar de forma enigmática «que a progressão das carreiras nas Forças Armadas será descongelada "ainda este ano" e que seguirá "um processo natural"»;

Quando na nova proposta de orçamento continua por resolver e conhecer a forma como os Militares verão satisfeito o seu direito à reposição de vencimentos, por via das progressões nas posições remuneratórias, a que obriga o art.º 19.º do Orçamento ainda em vigor;

Quando isto acontece e o Governo não nos dá respostas concretas e decisivas sobre estas matérias e impera o silêncio, a que as Chefias Militares, por sinal, se encontram sujeitas, e a falta de informação, sem que se dê sequência às referências elogiosas feitas de forma sistemática por Sua Exa. o Presidente da República, apenas nos resta afirmar que tais intervenientes não têm sabido nem querido reconhecer a existência de tais direitos.

Como noutras matérias tais decisores não têm feito mais que assim também contribuir para o descrédito da Instituição Militar.

Importa portanto e é hora, já que tantos se afanam em reverter a má imagem das Forças Armadas, que se efetuem as promoções antes do “dia de são promover” – 31 de dezembro – e que se inicie com as Associações Profissionais de Militares a discussão em torno do aumento dos vencimentos dos militares e da reposição dos vencimentos, tal e qual como acontece com os restantes cidadãos.

Para quem ouve afirmar os Militares Portugueses como os «melhores do mundo» é o mínimo que podem fazer, indo das palavras aos atos e não voltar às estafadas soluções ou promessas que nada resolvem.

Face ao desrespeito continuado pelos direitos das Associações Profissionais de Militares no que se refere à sua sempre negada participação nos fóruns que tratam de matéria socioprofissional, conforme estabelecido na Lei Orgânica nº 3/2001, não é de admirar que muitos já vão propugnando um associativismo de cariz sindical.

Também por isso em novembro será uma boa oportunidade de também os militares refletirem no muito que há ainda a fazer pela sua condição militar.

Trafaria, 12 de novembro de 2018

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Proença da Costa Mota'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the beginning.

António Augusto Proença da Costa Mota
Tenente-coronel